



INTRODUÇÃO

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO II

Gustavo Henrique Moraes^I

Ana Elizabeth M. de Albuquerque^{II}

<https://doi.10.24109/9786558010531.ceppe.v6.5375>

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, destinou ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a responsabilidade de publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das Metas estabelecidas no Plano. Da mesma forma, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), legou ao Inep a competência para monitorar as condicionalidades e elaborar a metodologia de cálculo dos indicadores que disciplinarão a distribuição dos recursos do Fundo.

Nesse sentido, o Inep vem mobilizando o desenvolvimento de um amplo conjunto de competências técnico-científicas dos pesquisadores do Instituto, produzindo evidências educacionais e, por meio de suas publicações, disseminando o conhecimento que atua em prol do desenvolvimento da educação brasileira.

A publicação do volume 6 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* consiste em mais uma ação responsiva a essa missão institucional. A presente edição orientou-se com o objetivo de trazer maior compreensão sobre a evolução das Metas do PNE, priorizando a análise de suas estratégias. Ao mesmo tempo, enfocou a construção das metodologias de cálculo dos indicadores que darão consequência à implementação do novo Fundeb. Vale lembrar que a garantia das fontes de financiamento, e suas consequentes distribuições, representa uma estratégia essencial para o pleno desenvolvimento dos objetivos previstos no PNE.

É importante considerar que os objetivos sintetizados nas Metas do PNE expressam horizontes a serem alcançados pelas políticas educacionais. Na lógica da política pública adotada pelo Plano, o êxito de cada empreitada assumida pelas metas depende da combinação de esforços, da articulação federalista, das políticas, dos programas e das ações detalhadas no conjunto de suas 254 estratégias.

A análise das estratégias precisa levar em conta o campo temático e de políticas públicas envolvidas em cada uma das metas, o conjunto de responsabilidades e suas distribuições entre os entes federados, à luz das responsabilidades educacionais de cada um. Além disso, precisa buscar compreender se os meios representados pelas estratégias são suficientes para induzir o alcance dos objetivos existentes nas metas, na medida em que as estratégias visam, sobretudo, garantir o atingimento daquelas.

Dadas as dimensões englobadas pelas estratégias, seria impossível que uma única publicação fosse capaz de analisar e avaliar sua eficácia para a consecução dos objetivos do PNE atual. De todo modo, os estudos aqui presentes almejam dar alguns passos nessa direção, ao trazerem diagnósticos educacionais desse conjunto dinâmico composto pelas metas e suas estratégias.

Reconhecendo a importância que as estratégias cumprem no Plano, deve-se considerar igualmente as questões que elas instauram, localizando as lacunas e as problemáticas que os estudos evidenciaram. Assim como se faz necessária uma compreensão contextualizada das Metas, por meio de seus indicadores de monitoramento, também é importante compreender os vários desafios que as estratégias acarretam, seus pressupostos, atores, contextos, potencialidades ou limitações para uma melhor efetividade do PNE.

Nessa direção, são oito perspectivas que o Inep apresenta à análise do atual PNE e à operacionalização do novo Fundeb, sintetizadas neste volume dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*.

Em “Qual é o nível adequado/suficiente de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica: construindo uma proposta nacional”, a pesquisadora Alvana Bof realça que a definição dos níveis/padrões de aprendizado no Saeb é demandada em face da iminente configuração do novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A autora apresenta um estudo preliminar para contribuir com o debate e a construção de uma proposta nacional da definição dos níveis/padrões de aprendizado no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

No estudo “Como expandir as matrículas em cursos técnicos? - uma análise das estratégias do Plano Nacional de Educação”, os pesquisadores Gustavo Henrique Moraes, Ana Elizabeth M. de Albuquerque, Robson dos Santos e Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva analisam o desenvolvimento de cada uma das estratégias da

Meta 11 do PNE, ajudando a compreender os obstáculos que se opõem à efetiva valorização dos cursos técnicos no Brasil.

No estudo seguinte, “Panorama dos alunos de educação em tempo integral no Brasil: proposta de análise das estratégias da Meta 6 do Plano Nacional de Educação no período de 2014-2019”, os pesquisadores Adolfo Samuel de Oliveira e Gabriela Thamara de F. Barros apresentam informações por etapas da educação básica e redes de ensino (públicas e privada), e disponibilizam planilhas com dados de unidades da Federação e municípios.

Já no trabalho “Os impactos dos planos de carreira na valorização dos professores da educação básica pública municipal”, os pesquisadores Márcio Alexandre Barbosa de Lima e Alexandre Ramos de Azevedo investigam a influência da implantação de planos de carreira nos indicadores de formação (inicial e continuada), de titulação em nível de pós-graduação, e na contratação dos professores por meio de concurso público e com vínculo estável.

No estudo “É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024?”, de Bolivar Alves Oliveira, analisam-se as séries históricas dos quantitativos de analfabetos, de 2012 a 2021, em termos de Brasil, regiões, unidades federativas e grupos etários de 15 ou mais, bem como o número de adolescentes, jovens, adultos e idosos analfabetos fora e dentro da escola.

No artigo “Um balanço de dez anos da política federal de cotas (Lei nº 12.711/2012)”, de Adriano Souza Senkevics e Ursula Mattioli Mello, apresentam-se resultados de pesquisas para pensar o futuro da Lei de Cotas por meio de quatro pilares: a reserva de vagas para egressos da rede pública; para estudantes de baixa renda; para pretos, pardos e indígenas; e a implementação via Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Em “A qualidade da oferta e do acesso ao ensino superior de graduação no Brasil segundo as estratégias das Metas 12 e 13 do Plano Nacional de Educação”, os pesquisadores Alexandre Ramos de Azevedo e Luiz Zalaf Caseiro analisam três diferentes visões ou perspectivas de qualidade – econômica, social e da diversidade –, com base nas quais foi apresentada uma proposta preliminar de indicadores complementares ao monitoramento das Metas 12 e 13 do PNE e suas respectivas estratégias, mais condizente com as responsabilidades e desafios que se colocam para as políticas de educação superior da atualidade.

Por fim, o estudo “Custos médios das diferentes etapas, modalidades, jornadas e tipos de estabelecimentos: uma discussão sobre os fatores de ponderação do Fundeb”, de autoria de Marcelo Souza e Fabiana de Assis Alves, aborda os fatores de ponderação (FP) para cada tipo de matrícula considerada na distribuição dos recursos do Fundeb. Esses FP impactam diretamente o volume de recursos que cada ente irá receber e deveriam refletir os custos médios das etapas, modalidades, tipos de jornada e de

estabelecimentos escolares. O artigo traz uma análise dos principais estudos sobre os custos médios da educação básica e propostas de alteração dos atuais FP e simulações, aplicando os FP de algumas dessas propostas e avaliando os impactos sobre o valor aluno-ano (VAA) de cada tipo de matrícula do Fundeb e os efeitos redistributivos ocorridos entre os entes em decorrência dessas alterações.

Assim, o Inep, por meio de sua Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), cumpre, com esta publicação, uma de suas mais relevantes atribuições regimentais: produzir e disseminar informações, diagnósticos, estudos e pesquisas para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas em educação. E convida todos à leitura.